



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE FILOSOFIA ARTES E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ARTES CÊNICAS
BACHARELADO EM ARTES CÊNICAS**

CAIO VINÍCIUS SANTOS VÍTOR

**TORNAR-SE NEGRO:
racismo e resistência em 23 minutos**

OURO PRETO

2021

CAIO VINÍCIUS SANTOS VÍTOR

**TORNAR-SE NEGRO:
racismo e resistência em 23 minutos**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Artes Cênicas - Bacharelado do Departamento de Artes Cênicas (DEART) do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito parcial para a obtenção do diploma de Bacharel em Artes Cênicas.

Orientadora: Prof. Dra. Nina Caetano (Elvina Maria Caetano Pereira)

OURO PRETO
2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V845t Vitor, Caio Vinicius Santos.
Tornar-se negro [manuscrito]: racismo e resistência em 23 minutos.. /
Caio Vinicius Santos Vitor. - 2021.
25 f.

Orientadora: Profa. Dra. Elvina Maria Caetano Pereira.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Filosofia, Artes e Cultura. Graduação em Artes Cênicas .

1. Práticas antirracistas. 2. Performance. 3. Colorismo. 4. Genocídio da
juventude negra. I. Caetano Pereira, Elvina Maria. II. Universidade Federal
de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.118(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



FOLHA DE APROVAÇÃO

Caio Vinícius Santos Vítor

Tornar-se negro: racismo e resistência em 23 minutos

Artigo apresentado ao Curso de Artes Cênicas - Bacharelado em Interpretação Teatral da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel

Aprovado em 01 de setembro de 2021

Membros da banca

Profa. Dra. Elvina M. Caetano Pereira (Nina Caetano)- Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Clóvis Domingos dos Santos - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Ms. Winny Silva da Rocha

Profa. Dra. Elvina M. Caetano Pereira (Nina Caetano), orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/10/2021



Documento assinado eletronicamente por **Elvina Maria Caetano Pereira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/10/2021, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0237335** e o código CRC **073F7A4D**.

Resumo

Este trabalho aborda a pesquisa teórico prática desenvolvida no processo de criação do vídeo denúncia *23 minutos*. Empreendendo uma discussão sobre o racismo estrutural no Brasil, o artigo evidencia a performance como dispositivo para a produção de uma arte política, engajada com a luta antirracista.

Palavras-chave: práticas antirracistas; performance; colorismo; genocídio da juventude negra.

Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista.

(Angela Davis, 2003)

O presente artigo trata da pesquisa empreendida na realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Interpretação Teatral da Universidade Federal de Ouro Preto, no qual pesquisei modos poético-performáticos para tratar temas ligados à condição da pessoa negra no Brasil, tais como o racismo e suas consequências - violência genocida, desigualdade social e outras dificuldades enfrentadas pelo povo negro. Tal pesquisa teve como elemento desencadeador os experimentos desenvolvidos durante a disciplina *Arte e Contemporaneidade*, ministrada pela professora e performer Nina Caetano no primeiro semestre de 2019, para discentes do Curso de Artes Cênicas do Departamento de Artes (DEART) da UFOP.

O racismo e o preconceito racial são aspectos muito comuns na sociedade brasileira e de muitos países do mundo que foram fundados na exploração econômica de outros povos por meio de sua escravização e, desse modo, afeta a vida de todas as pessoas negras que neles habitam. Mas, antes de aprofundar a questão, trago algumas definições dos termos “racismo” e “preconceito”. Segundo o dicionário *Priberam*¹, racismo é uma “[...] atitude hostil ou discriminatória em relação a um grupo de pessoas com características diferentes, notadamente etnia, religião, cultura etc.”, enquanto preconceito é a “[...] ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou imparcial” e, ainda, uma “opinião desfavorável que não é baseada em dados objetivos”.

¹ <https://dicionario.priberam.org/racismo> . Acesso em: 20/03/2020.
<https://dicionario.priberam.org/preconceito> . Acesso em: 20/03/2020.

No livro *O que é racismo estrutural?*, Silvio Almeida² evidencia que o racismo é definido por seu caráter basilar, não se tratando apenas de um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de “um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (ALMEIDA, 2018, p.27). Desta forma, não se deve resumir o racismo apenas ao preconceito, mas a um conjunto organizado de relações de poder que acarretam a “segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em bairros - guetos, bantustões, periferias etc.” (Idem). Ainda sobre o aspecto estrutural do racismo, o autor afirma:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2018, p.28).

Dando continuidade à discussão, Sílvio Almeida vai dividir o racismo em três concepções: individualista, institucional e estrutural. Essa divisão ocorre, segundo o autor, visando contemplar a complexidade dos fenômenos que caracterizam o racismo. Assim, a dimensão individualista, gerada no nível do sujeito, caracteriza o racismo como uma patologia, ou seja, refere-se aos atos preconceituosos que um indivíduo tem e, nas palavras do autor, “a concepção individualista pode não admitir a existência do racismo, mas somente de preconceito, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política” (ALMEIDA, 2018, p.28). Já a concepção institucional não resume o racismo unicamente a comportamentos individuais, mas o interpreta como expressão do funcionamento das instituições que reproduzem o racismo estrutural e que “passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p.29).

Por sua vez, a concepção estrutural se vale dos sistemas não-oficiais de prestígio e dominação, das forças políticas primeiras, determinadas pelo poder historicamente estabelecido e que age na ribalta das outras duas concepções. O autor afirma que “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2018, p.47), descrevendo sucintamente os processos históricos e sociais que condicionam indivíduos e grupos no poder a sustentarem sua situação de privilégio, utilizando para tal a influência

² Ativista negro, doutor e pós-doutor pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Político e Econômico e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

política que possuem, gerando assim a manutenção cíclica desse sistema, ou seja, o racismo estrutural está ligado a uma ideia de manutenção de privilégios por determinados grupos.

Partindo justamente da complexa rede de relações que envolve o racismo na sociedade brasileira, busquei verticalizar, em minha pesquisa, determinadas configurações que a violência racial pode atingir, de modo a tematizá-las em minhas experimentações. No entanto, para compreender o rumo que minhas investigações tomaram, me parece importante entender o impulso inicial que levou à pesquisa em si. Então volto a ele.

Durante o desenvolvimento da disciplina *Arte e Contemporaneidade*, a professora propôs algumas práticas ancoradas em procedimentos de criação ligados ao campo da performance e, a partir delas, a ideia era que construíssemos programas performativos a ser realizados em diversos espaços da cidade, do *campus* da UFOP ao centro histórico de Ouro Preto, durante uma mostra artística que deveria encerrar as atividades do semestre. Chamávamos nossas práticas de programa performativo na esteira dos apontamentos feitos pela performer e pesquisadora Eleonora Fabião que, a partir da noção de “programa”, de Deleuze e Guattari, o pensa como “motor de experimentação”, ou seja, como “o enunciado da performance: um conjunto de ações previamente estipuladas, claramente articuladas e conceitualmente polidas a ser realizado pelo artista, pelo público ou por ambos sem ensaio prévio” (FABIÃO, 2013, p. 4).

Ainda segundo ela (FABIÃO, 2009, p.237), um programa não é improvisado, pois “um performer não improvisa uma ideia: ele cria um programa e programa-se para realizá-lo (mesmo que seu programa seja pagar alguém para realizar ações concebidas por ele ou convidar espectadores para ativarem suas proposições)” e com isso, o performer pode suspender “o que há de automatismo, hábito, mecânica e passividade” (FABIÃO, 2013, p. 5) na sua relação com o mundo, de modo que, por meio de uma experimentação mais fluida, possa criar para si um “Corpo sem Órgãos”. Este se aproxima do corpo-em-experiência da performance na medida em que “não é uma noção, um conceito, mas antes uma prática, um conjunto de práticas” (DELEUZE & GUATTARI apud FABIÃO, 2013, p.5).

No decorrer das experimentações desenvolvidas ao longo da disciplina, fui motivado a trabalhar com questões relacionadas ao racismo e à condição da população negra no Brasil, a partir do assassinato do músico Evaldo dos Santos Rosa. Já no primeiro dia de trabalho, conduzido por uma prática baseada nas ações disruptivas pesquisadas pelo

encenador Antônio Araújo³, eu trouxe como elementos disparador de minha ação esse episódio de chacina, protagonizado por soldados do Exército Brasileiro em uma comunidade do Rio de Janeiro: estávamos na Praça Cesário Alvim em Ouro Preto e comecei a fazer sons de tiro com a boca. Foi nesse momento que tomei consciência da minha condição como negro e essa autoconsciência desencadeou todo o processo de criação de minha performance final, chamada de “Vidas negras importam sim”. Enquanto disparava o som com minha boca, em minha cabeça permanecia o fato ocorrido: 80 tiros contra uma família negra que estava apenas indo para um chá de bebê. Segundo reportagem da Folha de São Paulo⁴:

As cinco pessoas que estavam no Ford Ka branco atingido iam a um chá de bebê. O músico Evaldo Rosa dos Santos, 46, morreu na hora, seu sogro, Sérgio Gonçalves, está internado no Hospital Albert Schweitzer, sua esposa e o filho do casal, de sete anos, além de uma amiga da família não foram atingidos. Um pedestre que passava no local ficou ferido ao tentar ajudar.

Ainda segundo a reportagem, o pedestre que tentou ajudar a família foi levado ao hospital, não aguentou os ferimentos e morreu uma semana depois. Evaldo morreu na frente da esposa e da filha. Os policiais disseram que foi engano, pois “confundiram” o carro do músico com o carro de um assaltante, além de afirmarem que Evaldo efetuou disparos contra eles antes do fuzilamento. No entanto, esse “engano” que culminou na morte de duas pessoas é algo que tem sido recorrente na conduta policial, em suas abordagens nas comunidades e periferias brasileiras, como é possível observar nas inúmeras manchetes que estampam os jornais diários⁵.

Comentando esse assunto, entro no termo “necropolítica”, cunhado pelo filósofo negro Achille Mbembe⁶ para tratar das políticas estatais de morte em relação a

³ Segundo Araújo (2011, p.2), “uma ação disruptiva é aquela capaz de provocar estranhamento ou até mesmo interrupção nos fluxos cotidianos de uso da cidade. Pode-se tratar de uma ação de grandes proporções ou apenas de um pequeno gesto, sutil e delicado; pode apresentar uma longa duração ou ocorrer num átimo de segundo. Porém, em qualquer dos casos, ela deve ser capaz de gerar algum tipo de perturbação, de desequilíbrio, de desestabilização na percepção e na experiência dos transeuntes durante sua circulação nas vias urbanas”. Ainda segundo ele, as ações disruptivas “poderiam ser agrupadas em quatro diferentes categorias: ações corporais; ações inter-relacionais, ações contextuais e ações coletivas”.

⁴ Jornal Folha de São Paulo, do dia 08/04/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml> . Acesso em: 09/03/2020.

⁵ <https://jornaldebrasil.com.br/nahorah/policial-mata-jovem-negro-apos-confundi-lo-com-ladrao/>
<https://www.geledes.org.br/mais-um-jovem-negro-e-morto-ao-ter-furadeira-confundida-com-arma-no-rio/>
<https://www.geledes.org.br/policia-confunde-guarda-chuva-com-fuzil-e-atira-e-mata-um-jovem-negro/>
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54452328>
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html

⁶ Joseph-Achille Mbembe, conhecido como Achille Mbembe (1957), é um filósofo, teórico político, historiador, intelectual e professor universitário camaronês.

determinados grupos sociais, considerados dispensáveis. Segundo ele, “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2017, p. 5).

No Brasil, as políticas de segurança pública são ligadas ao controle de certos corpos pela violência, sem preocupação com a vida ou com quem está sendo ameaçado e, com isso, se perde a humanidade com o próximo. Geralmente as populações periféricas são as que mais sofrem com essa política de morte, pois são vistas como uma população “bandida”, “drogada” e merecedora do controle policial, ao contrário dos chamados “cidadãos de bem”. Assim, é criada uma “economia de guerra”, em que corpos marginalizados se tornam passíveis de ser eliminados. Em nosso contexto, não há como não relacionar tal economia ao racismo, uma vez que a maioria desses corpos são corpos negros. Desse modo, o Estado brasileiro faz uso do necropoder, o poder que “tudo pode”, até mesmo uma execução com 80 tiros, até mesmo o assassinato de uma vereadora, como foi o caso de Marielle Franco⁷.

Com isso, se torna ainda mais evidente o racismo estrutural, também manifestado na expulsão de famílias de suas casas, invadidas por policiais em favelas, no desaparecimento de corpos e em encarceramentos arbitrários, além dos assassinatos sem solução. A necropolítica, portanto, instaura-se como uma organização necessária ao poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida (ALMEIDA, 2018, p. 96). Por isso, os princípios da necropolítica ajudam a assimilar:

as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’ (MBEMBE, 2016, p.146).

Voltando à primeira experimentação realizada por mim, posso afirmar que ela provocou uma espécie de “epifania”, pois me deixou atento às questões raciais presentes na sociedade brasileira e que, até então, não tinham despertado meu interesse. Os sons efetuados foram me incomodando e trazendo um desconforto por causa da rapidez com que eu os realizava e percebi, naquele momento, que havia algo importante a ser discutido.

⁷ Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, foi uma socióloga e política brasileira. Foi executada no dia 14 de março de 2018. Marielle chegou à Casa das Pretas, na rua dos Inválidos, na Lapa, para mediar um debate promovido pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com jovens negras, por volta das dezenove horas. Por volta das vinte e uma horas e trinta minutos, na Rua Joaquim Palhares, no Estácio, um veículo emparelha com o carro de Marielle e faz treze disparos. Nove acertam a lataria e quatro acertam o vidro. A vereadora foi atingida por três tiros na cabeça e um no pescoço.

Na segunda experimentação, partimos da “idéia Situação interRelacionamento SubjetivoObjetivo”, concebida por Artur Barrio⁸ para a Documenta 11 de Kassel, exposição realizada na Alemanha em 2002. Nesta proposta, o artista nomeia 30 espaços gestos e, dentre eles, escolhi para trabalhar o “Espaço do Dizer”, no qual abordei, com dados estatísticos, o genocídio da população negra no Brasil.

Durante a execução da ação, coloquei meu telefone celular para dar alarme a cada 23 minutos e, nesse intervalo de tempo, eu ia até o pátio do Departamento de Artes e desenhava uma cruz no chão com giz. Dentro de cada uma das cruzes, eu escrevia o nome de uma vítima de violência racial, sua idade e o dia de sua morte. Procurei nomes que foram esquecidos pela mídia ou que nem sequer foram citados por ela para evidenciar o fato de que, nos casos ligados ao genocídio da população negra e outros episódios de violência racial no Brasil, há pouca comoção pública em função da pouca representatividade política dessa parcela da população. Era nítido como as pessoas não entendiam o desenvolvimento da performance, seja por não conhecerem os nomes escritos dentro das cruzes, seja por não perceberem a progressão da ação a cada 23 minutos – tempo médio em que, no país, uma pessoa negra é assassinada, sendo a maioria composta por jovens negros entre 15 e 29 anos.

A cada 23 minutos, um negro é assassinado no Brasil. São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano, conforme destacado pela campanha Vidas Negras, lançada pelas Nações Unidas no país em novembro de 2017⁹.

Como terceira etapa de minha investigação, fiz uma pesquisa com pessoas negras por meio de um questionário destinado a elas, no qual abordava preconceitos raciais vividos por nós, bem como buscava informações tais como o número de colegas de classe negros que possuíam ou o número de professores negros que já tiveram em toda a sua vida acadêmica. As respostas eram assustadoras, não só pelo fato de os negros sempre serem percebidos como minoria, mas também em razão do modo como brancos recorrentemente protagonizavam o lugar de fala, silenciando a voz dos negros. Tal

⁸ Artista multimídia e desenhista, Artur Barrio “definiu um programa artístico, ético e fundamentalmente político que ainda hoje nos parece admirável pelo seu grau de radicalidade e precisão. Durante os dez anos seguintes, Barrio desenvolveria esse programa de maneira simultaneamente inventiva e meticulosa, mantendo sempre uma coerência implacável” (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2018).

⁹ Dados retirados de estudos da ONU no dia 08/02/2017, disponíveis em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/23-mil-jovens-negros-assassinados-por-ano-e-um-escandalo-diz-nadine-gasman-representante-da-onu-mulheres/>. Acesso no dia: 09/03/2020.

observação tem evidência no fato de que, embora no topo do questionário houvesse a frase “destinada apenas para negros”, mesmo assim brancos insistiam em responder.

Acredito que as práticas desenvolvidas, além de responderem às propostas feitas em sala de aula, foram também dispositivo para um autoexame, para uma investigação subjetiva sobre a minha condição como pessoa negra que, como já mencionei, não era antes percebida nem discutida por mim.

Como resultado desses levantamentos, surgiu a performance “Vidas Negras Importam sim”, na qual, durante 12 horas, eu fixei cruzeiros na grama da universidade com nome de pessoas negras que foram assassinadas por racismo no Brasil. Foi duro perceber, com a performance, como esses dados chocam tão pouco as pessoas que por ela passaram.



Figura 1 Performance “Vidas Negras Importam Sim” exposta na Universidade Federal de Ouro Preto. Jun/2019

O racismo, a marginalização e a pobreza que atingem uma parcela considerável da população negra não são tratados e discutidos com a necessária relevância, devido às políticas racistas de invisibilidade presentes em nossa cultura e que perpetuam práticas colonialistas decorrentes do regime escravocrata que durou mais de 300 anos em solo brasileiro. Como é sabido, o Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão, em 1888, mas mesmo livres, um milhão e meio de pessoas negras foram colocadas na sociedade sem nenhum suporte. E por conta dessa herança histórica, vinda de centenas de anos de escravidão é que nasce o racismo estrutural.

Como já visto, “racismo estrutural” é o termo utilizado para explicar a organização social baseada em discriminação e em privilégios de algumas raças em comparação com outras. Segundo Sílvio Almeida, o racismo estrutural presente na sociedade brasileira é, apesar de contundente, extremamente velado, de difícil percepção.

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2018, p.52).

Assim, o racismo estrutural é naturalizado e consolidado em nossa cultura, de modo que, muitas vezes, se torna camuflado. No entanto, seus efeitos são muito concretos e posso citar, como evidência de sua existência, a falta de pessoas negras ocupando cargos importantes em empresas, o fato da maioria das vagas das universidades públicas serem ocupadas por pessoas brancas e o uso cotidiano de piadas e termos racistas que afetam diretamente a saúde mental de pessoas negras. Segundo estudo da *Addictive Behaviors*¹⁰, algumas pesquisas comprovam que o racismo pode causar depressão, além de problemas com álcool e drogas. Tal aspecto evidencia o impacto que o racismo pode causar na saúde mental da população negra e mostra como não está sendo dada a devida atenção para a problemática racial.

Segundo levantamento do Ministério da Saúde e da UnB (Universidade de Brasília), divulgado no início de 2019 pela revista Exame, “um dos grupos vulneráveis mais afetados pelo suicídio são os jovens e sobretudo os jovens negros, devido principalmente ao preconceito e à discriminação racial e ao racismo institucional”¹¹. Neste levantamento, também é possível ver como as pessoas negras que sofrem racismo diariamente são afetadas, quais as causas e sintomas. Foram entrevistadas 4,5 mil pessoas negras que responderam questões relacionadas a situações de discriminação racial sofridas por elas. Dentre essas pessoas:

83% relataram que foram vítimas de algum tipo de discriminação no último ano. Cerca de 50% dos participantes afirmaram que sofreram todas as formas de racismo analisadas e 14,7% contaram que passavam frequentemente por situações de discriminação de todos os tipos¹².

¹⁰ Revista acadêmica da American Psychological Association, que publica artigos originais relacionados aos aspectos psicológicos dos comportamentos ligados ao vício e à dependência química.

¹¹ Revista Exame, 2012. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/racismo-causa-ansiedade-e-depressao-em-vitimas-diz-pesquisa/> Acesso em: 11/03/2020. ¹² Idem.

A partir dos dados apontados no levantamento, é evidenciada a relação entre as formas de racismo e discriminação sofridas pelos participantes em seu cotidiano e os índices de depressão, alcoolismo e drogas que apresentam. E esse era o sentido da minha performance: mostrar os dados e “sacudir” o público de sua inércia a partir do confronto com a contundência da violência racial.

Como “Vidas Negras Importam Sim” era uma performance de longa duração, à medida que o tempo avançava, foi surgindo um incômodo tanto emocional quanto físico: eu estava sentindo a situação na pele, pois estava sozinho na universidade, no frio e no escuro, e comecei a ficar apreensivo. Meu corpo respondia de forma negativa aos estímulos trabalhados na ação e comecei a imaginar que eu poderia ser a próxima vítima. Talvez seja importante dizer que, durante a realização da performance, eu escutava músicas cantadas e compostas por pessoas negras e que falavam da vida do negro dentro da sociedade e das coisas que estamos sujeitos a passar e que, depois de 23 minutos, barulhos de tiro começavam a soar.

Sou um jovem negro que, durante boa parte da minha vida, não me reconheci como tal. Assim, eu pensava que nunca sofreria racismo. Quando criança, sempre pensava em atuar em novelas e grandes filmes, mas enxergava isso como impossível, já que nas telas eu sempre via pessoas brancas em papéis importantes, enquanto negros tinham papéis pequenos ou não apareciam. Eu não percebia o racismo que existia ali, mas sentia que havia distinções: não tinha consciência da minha negritude, mas me percebia como “diferente” das pessoas que sempre eram referência. Atualmente, percebo que, com minha pesquisa, ganhei ferramentas para entender e combater o preconceito racial, pois fui descobrindo que é importante lutar por nossos direitos e mostrar que podemos sim ocupar os espaços que a vida toda foram “destinados” a pessoas brancas.

Segundo a filósofa negra Djamila Ribeiro (2019, p. 24), as “crianças negras não podem ignorar as violências cotidianas, enquanto as brancas, ao enxergarem o mundo a partir de seus lugares sociais – que é um lugar de privilégio – acabam acreditando que esse é o único mundo possível”. Assim, é crucial que os pais e as escolas falem sobre negritude para as crianças e, com isso, façam com que elas tomem consciência de seu valor, reconheçam e construam referenciais positivos, de modo a moldar sua identidade racial porque sabemos o quão difícil é assumir a negritude, já que não é vista como algo positivo. A representação que a sociedade racista atribuiu ao negro sempre foi negativa – diminuindo sua importância e inferiorizando suas características – e isso tem impossibilitado muitas pessoas negras de se reconhecerem como tal.

Como já relatei, durante toda a minha vida neguei minha negritude: eu me via como moreno claro e construir minha identidade racial negra foi bem difícil pelo fato da branquitude sempre ser elevada e a raça negra desvalorizada. No entanto, o reconhecimento da identidade racial traz consigo uma noção de valorização de si e de autoestima. O termo “moreno” é usado como uma estratégia de branqueamento, porque é mais fácil você ser inserido na sociedade se não for visto como negro. Assim, muitas pessoas negras assimilam o padrão branco e acabam por reproduzir atitudes racistas, principalmente em relação à pele escura e aos traços fenotípicos, tentando modificar seus hábitos e traços negros para serem bem aceitos na sociedade.

Mas por que é necessário dizer que vidas negras importam sim? Por que esses dados e essas histórias precisam ser contadas? Eu queria mostrar não só com palavras como é duro para um corpo negro viver em uma sociedade racista e, por isso, usei as cruces no propósito de evidenciar ainda mais a questão. As pessoas negras que estavam presentes durante o desenvolvimento da performance sentiam e sabiam do que se tratava. Era algo como “de negro para negro”, de modo que a opinião de pessoas brancas não era tão relevante, já que elas não poderiam “sentir na pele” o que é o racismo.

Depois que realizei minhas ações na disciplina *Arte e Contemporaneidade*, fiquei decidido a aprofundar essas questões em meu Trabalho de Conclusão de Curso e, então, solicitei à professora Nina Caetano que assumisse minha orientação. A partir daí, iniciei efetivamente a pesquisa de caráter teórico-prático que fundamentaria o TCC, desenvolvendo-a por meio de leitura de textos, discussões sobre performances realizadas por artistas negros e seus procedimentos poéticos, bem como sobre questões étnico-raciais. Também houve o desenvolvimento de alguns experimentos práticos.

Como primeira inspiração para eles, minha orientadora indicou um livretinho intitulado “MANUAL DE USO DA GRANDE VITÓRIA - para&por corpos negros-bichas” produzido por Castiel Vitorino, Napê Rocha e Winny Rocha¹². Nesta espécie de “manual de sobrevivência”, as artistas abordam questões como racismo, cisheteronormatividade, misoginia e outras formas de violência de origem fascista. Dentre as ações propostas, realizei a intervenção “Para inquietar a subjetividade brasileira”, na qual eu precisava indagar pessoas aleatórias a respeito da cor da minha pele. Entendo intervenção como um manifesto que utiliza como base a arte e que objetiva a transmissão de uma determinada mensagem, ou seja, “é uma arte que busca questionamento e

¹² Disponível em: <https://issuu.com/kuirloboterrorista/docs/manual-de-uso-livro-digital> . Acesso em: 13/10/2019.

transformação” (IMBROISI, 2016). Além de ser importante ferramenta política, “a arte e a intervenção também têm o papel de questionar e se opor ao espaço e as ideias, tem a capacidade de unir e expressar manifestos coletivos” (Idem).

A Intervenção lança no espaço público questões que provocam discussões em toda a população. De uma maneira ou de outra, ela faz com que as pessoas parem sua rotina por alguns minutos, seja para questionar, criticar ou simplesmente contemplar a arte (IMBROISI, 2016).

A partir da noção de intervenção, pude relacionar minha pesquisa ao termo ativismo, que surge da união de "arte" com "ativismo" e se caracteriza por ser um protesto social que utiliza linguagens artísticas diversas, sendo elaborado por indivíduos ou coletivos. É usado para defender causas em que o artista está engajado e por isso é fundamental o conhecimento da causa dos outros para que você também consiga se posicionar em relação a elas. Nos dias atuais, com a internet, o ativismo se intensificou, ampliando o potencial dos artistas políticos e ganhando mais meios de provocar ou explicitar uma causa.

Realizei a intervenção “Para inquietar a subjetividade brasileira” com 11 pessoas no caminho de minha casa até o campus da UFOP, em Ouro Preto, e as respostas para a pergunta “Qual a cor da minha pele?” foram as mesmas: “moreno”. Obtive uma resposta “moreno claro” e apenas duas pessoas responderam que minha cor era negra, sendo que eram conhecidas e sabiam o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Diante disso, minha orientadora pediu para complexificar meu trabalho: voltaria às ruas perguntando minha cor e, dependendo da resposta, perguntaria: “por que você não acha que sou negro?”. As respostas foram as mesmas e o que mudou foi apenas alguns questionamentos sobre a minha cor ser negra, como, por exemplo, “você não é tão escuro assim”. Em um autoexame, percebo que meus traços são finos e que sou um negro de pele clara, aspectos que, no meu entendimento, levaram as pessoas a questionar minha negritude.

Segundo o antropólogo e professor Kabengele Munanga (2009), o conceito de negritude apresenta duas interpretações: uma mítica e outra ideológica. A mítica é a descoberta do passado, é aprender com o passado para construir o futuro e a ideológica é como você age na sociedade dentro de uma ideia do que “é ser negro”, ou seja, a “negritude seria tudo o que tange a raça negra; é a consciência de pertencer a ela” (MUNANGA, 2009, p. 54).

É importante a compreensão do conceito de negritude estreitamente assimilado ao conceito sociocultural de classe, visto que as ofensas relacionadas a pessoas negras não

são relativas ao espaço sociocultural, mas ao campo racial. Como as pessoas negras sofrem discriminação baseada na cor, acabam por se perceber como racializadas, ao contrário das pessoas brancas que, como afirma Djamila Ribeiro (2019, p. 31), “não costumam pensar sobre o que significa pertencer a esse grupo, pois o debate racial é sempre focado na negritude”. Mas o que seria a negritude? Para Munanga, é algo que une inexoravelmente todas as pessoas negras do mundo, criando uma identidade comum.

A negritude é tudo aquilo que diz respeito à raça negra; é a consciência de pertencer a ela e de se entender como um ser que está devidamente relacionado a ela, uma vez que traços físicos e até mesmo mentais indicam uma herança negra ou negroide (habitantes fora de África que compartilham traços físicos com os habitantes desse continente). (MUNANGA, 1986, s/p.).

A partir dessa afirmação, pergunto: o que definiria alguém como negro dentro da sociedade brasileira? É a noção de pertencimento ou afinidade com heranças culturais de matriz africana? Ou, ainda, a tonalidade da cor de pele ou outras características físicas, tais como a largura do nariz, grossura dos lábios e textura dos cabelos?

A resposta “moreno claro” trouxe para mim a questão do colorismo, termo criado na década de 1980 pela escritora e ativista Alice Walker, em seu livro “If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?”. Segundo ela, quanto mais clara a pele de uma pessoa, maior será sua aceitação dentro da sociedade e o inverso acontece com quem tem a pele mais retinta, ou seja, quanto mais escura a cor da pele, mais a pessoa enfrenta atitudes racistas e sofre apagamento, preconceito e violência. No meu caso, por possuir traços finos e a pele mais clara, muitas vezes não sou considerado negro ou, a partir de padrões racistas de beleza, sou considerado um “negro bonito” por causa da proximidade de meus traços fenotípicos com o fenótipo racial branco.

O colorismo cria uma relação de comparação das tonalidades de pele e essas gradações tornam mais fácil a vida de negros de pele mais clara e impedem quem tem a pele mais escura de conseguir acesso a alguns direitos ou conquistas sociais. Exemplos que comprovam essa diferenciação podem ser vistos em ambientes de trabalho ou na abordagem policial, como atesta a circular emitida, em 2013, pelo Comando da Polícia Militar de Campinas/SP¹³. O colorismo também é perceptível no dia a dia, na linguagem corrente que busca mascarar a etnia com apelidos como “morena”, “café com leite”, “da cor do pecado”, entre outros. Desse modo, o colorismo contribui para que o

¹³ Segundo matéria de jornais de grande circulação, como o Estadão e O Globo. Deste último, matéria disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/01/pm-de-campinas-deixa-vazar-ordem-para-priorizar-abordagens-em-negros.html>. Acesso em 31/03/2020.

preconceito racial continue atuando nos espaços sociais, como ambientes de trabalho e escolas, possibilitando que a insegurança e o não reconhecimento da identidade se perpetuem. Assim, embora o racismo esteja ligado à subalternização de pessoas no que diz respeito à percepção social de sua negrura, o colorismo se relaciona diretamente à distinção de graus de negrura a partir da coloração da pele.

Porque ela, mesmo sendo identificada como “negra” pela sociedade racista, o que significaria que ela não poderia desfrutar dos mesmos direitos que uma pessoa branca, ainda assim é mais “agradável” aos olhos da branquitude e deve/pode por isso ser “tolerada” em seu meio (Aline DJOKIC, 2015).

Podemos pensar, então, que o colorismo faz parte dos processos de branqueamento da sociedade. Ou seja, da valorização de traços brancos – bem como da cultura ou da epistemologia branca – em detrimento dos traços físicos, culturais ou epistêmicos que são percebidos como próprios das pessoas “de cor”. Pessoas brancas não costumam pensar sobre como é pertencer a este grupo, não tem direitos negados, não sofrem preconceito e são aceitas muito bem pela sociedade em que vivemos: o que sempre foi debatido é a negritude. Os brancos precisam entender que eles vivem numa posição privilegiada comparada com os negros. Para você entender o que é a branquitude, pense: quantas pessoas negras você vê em cargos altos em empresas, quantidade de pessoas negras na televisão, quantidade de professores negros etc. O homem branco sempre está em maior quantidade nos espaços de poder. Conforme afirma Djamilla Ribeiro, no livro *Pequeno Manual Antirracista*:

A branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos. Devemos lembrar que este não é um debate individual, mas estrutural: a posição do privilégio vem marcada pela violência, mesmo que determinado sujeito não seja deliberadamente violento (RIBEIRO, 2019, p. 33).

No meu entendimento, para contribuir na luta antirracista, as pessoas brancas, além de entender a sua posição de privilégio, precisariam “se responsabilizar criticamente pelo sistema de opressão que as privilegia historicamente (RIBEIRO, 2019, p.108), o que implica, segundo a filósofa, numa série de desafios para quem nunca questionou o sistema de opressão racial em que vive. Ainda segundo ela:

A capacidade desse sistema de passar despercebido, mesmo estando em todos os lugares, é intrínseca a ele. Acordar para os privilégios que certos grupos sociais têm e praticar pequenos exercícios de percepção pode transformar situações de violência que antes do processo de conscientização não seriam questionadas (RIBEIRO, 2019, p. 107).

Classificamos um negro pela pele escura, mas essa classificação pode ser alterada de acordo com a sociedade, política e/ou cultura. A negritude é uma condição que implica dimensões complexas e, para entender a realidade do negro brasileiro, precisamos perceber que a negritude (bem como a noção de “raça”) é uma construção social e que não devem ser consideradas somente as características físicas, mas também a simbologia, a cultura, a territorialidade, a política e a identidade. Em outras palavras, marcamos a negritude pela aproximação com a identidade cultural negra.

Em relação à minha condição como jovem negro no mundo, percebo, a partir da conscientização provocada por minhas pesquisas, que tenho certos privilégios dados pela tonalidade mais clara da minha pele, o que incide sobre a forma como serei tratado na sociedade que, diferente do que ocorre com uma pessoa com pele mais escura ou retinta, me permite enfrentar menos violência e acessar mais espaços.

Dando sequência à minha investigação prática, como segunda experimentação participei de uma instalação, a convite de minha orientadora e professora da disciplina, realizada durante o curso de *Arte e Contemporaneidade* oferecido no segundo semestre de 2019. A instalação era constituída por uma espécie de “coleção de museu” ou “altar” que tínhamos que construir a partir de nossas identidades. O procedimento – museificação de si – está descrito no artigo *Dos guetos que habito: negritudes em procedimentos poéticos cênicos* (2016), de autoria de Adriana Santos e Stephan Baumgärtel. Nessa instalação, entre outros elementos – tais como identidade de gênero e sexualidade – discutimos branquitude e negritude e evidenciamos, em cada museu/altar individual, algo que dizia respeito à nossa condição étnica. Era necessário focar nas memórias e na ancestralidade para a sua criação e acessei as memórias familiares que eu tinha, focando em mostrar a origem de minha identidade negra e o porquê de eu querer tratar desse assunto.

Minha família é inter-racial. Por parte de pai ela é toda branca e por parte da minha mãe ela é toda negra, então, o enfoque do trabalho foi dado à família da minha mãe. O racismo presente na minha família é bem velado e a cultura do branqueamento também está presente na minha mãe, que é negra. Meus pais sempre me disseram que eu era moreno claro e nunca me reconheceram como negro. A cultura do branqueamento na minha família inter-racial é evidente em vários aspectos: nas amizades dos meus pais, bem como nos locais que passeamos ou visitamos, majoritariamente compostos por pessoas brancas. A branquitude presente é nítida, afirmo isso porque a liderança vinda da parte do meu pai dentro da casa é grande. O machismo também é um fator que afeta, mas

a supremacia branca – termo utilizado pela professora e teórica feminista bell hooks – é evidente também nas decisões tomadas pelo “casal”, já que só a parte branca decide por todos. Outro elemento evidente na relação com a minha família e com os amigos é o colorismo, visto que minha mãe tem a pele clara e é “aceita” pelas pessoas e familiares do meu pai de pele branca, mas isso não os torna menos racistas.

Hoje tenho consciência da importância de me posicionar politicamente em relação ao racismo, mas isso não foi ensinado nem transmitido por meus pais. Isso é um debate muito atual dentro de famílias interraciais: pessoas brancas que têm filhos negros, mas não percebem a necessidade de se posicionarem em relação ao racismo, não preparando seus filhos para enfrentar discriminações, ainda que no intuito de “protegê-los”. É preciso discutir e entender o racismo para enfrentá-lo. As famílias fingem que não existem esse aspecto e as crianças ficam despreparadas para a questão.

Por sua vez, pais negros, como já sofreram racismo, sabem da importância de preparar seus filhos para enfrentar o preconceito e de ensinar atitudes que possam protegê-los de abordagens policiais ou de “brincadeiras” racistas na escola, coisas que afetam a saúde psíquica das crianças negras nas famílias. Conforme apontam Angela Ernestina Cardoso de Brito e Eliana dos Santos Cavalleiro (apud SILVA, 1998): “quando os pais não dão importância aos fatos discriminatórios, os filhos podem manifestar desde insegurança, desconfiança e desprezo, até rebeldia, bloqueio, entre outros sentimentos”. O domínio que a cultura branca tem sobre minha família é maior, visto que, como relatei, também tem envolvido o machismo e o branqueamento por parte do meu pai em minha família. É preciso abrir espaço, conhecer e respeitar a cultura de cada uma dessas pessoas.

Torna-se imperioso reescrever os conhecimentos, a partir da perspectiva de cada um dos grupos étnicos que constituem a nação. Assim conhecerão uns aos outros nas suas diferenças, não ficando a maioria instada a abandonar as suas raízes culturais mais fecundas e assumir uma outra que lhe é alheia (SILVA, 1998, p.254).

Voltando ao meu experimento de museificação de si, realizado na disciplina *Arte e Contemporaneidade*, ele teve como elementos de identidade racial uma foto, uma camisa de botão, um crucifixo e um isqueiro. Nessa foto, havia o rosto do meu falecido avô, negro, resistente, trabalhador, músico e que, assim como minha mãe, sempre foi uma referência como pessoa para mim. Trouxe uma de suas camisas de botão porque é assim que me lembro dele, sempre com esse tipo de camisa. O sentimento na hora de levar as pessoas ao meu museu pessoal foi de gratidão, fiquei honrado em mostrar um pouco da minha história e um pouco de quem era meu avô.

O crucifixo foi trazido para dar ênfase à homofobia que eu sofri de uma pessoa que se dizia religiosa. Sou de uma família muito religiosa e quando eu me assumi homossexual para os meus pais, gerou muita revolta por se tratar de um “menino de igreja”, “um menino tão bom”. Fui levado ao psicólogo, padres, pastores, tudo para “curar” minha homossexualidade. Uma amiga da família veio conversar comigo para tentar me mudar, mas ela só se mostrou mais preconceituosa: “Caio, não tem problema você ser gay, mas não precisa se mostrar tanto. Veja filho de fulano, está casado com um homem, morando nos EUA, trabalhando e não se mostra tanto”. Ela estava falando de um homem cisgênero, branco e rico. A realidade que eu enfrento não é parecida com o modelo padrão que ela queria que eu seguisse. O isqueiro foi para dar ênfase ao racismo sofrido por mim, vindo diretamente de uma pessoa universitária e estudante de história. Estava em uma festa, sentei-me nas escadas e uma moça, que não citarei o nome, sentou-se atrás de mim e começou a falar frases racistas. Como eu ainda não entendia tanto sobre racismo, não consegui me defender e me mantive calado o tempo todo. Ela pegou um isqueiro e tentou queimar minha orelha com ele. Eu fiquei assustado e não sabia o que falar. Me levantei e me retirei daquele lugar. Os amigos dela não fizeram nada, ficaram só olhando enquanto ela direcionava frases racistas contra mim, tais como “preto dos infernos”.

Durante a “visita guiada” ao meu museu, contei toda a história de ambos os objetos e, por mais que sejam histórias tristes, me senti aliviado e feliz por poder compartilhar isso com outras pessoas, porque foi isso que me fez ser mais forte. É preciso contar as histórias porque assim você abre a mente de outras pessoas e leva informação, mesmo que indiretamente, a pessoas que não têm tanto acesso ou não se informam sobre essas questões.

Como terceira experimentação de meu processo de criação do TCC, foi sugerida uma prática desenvolvida a partir de ações com objetos e que tinha como mote o texto teatral *Buraquinhos ou O vento é inimigo do picumã*, de Jhonny Salaberg¹⁴. A narrativa conta a história de um garoto negro de 12 anos, morador de uma periferia. Ele sai de casa para comprar pão e é tido como suspeito pela polícia, algo que não é novo e nem incomum hoje em dia, além disso, o texto retrata as condições do negro de periferia e como o genocídio de pessoas negras afetam as áreas menos privilegiadas.

¹⁴ É ator, dramaturgo e bailarino, nascido em Guaianases, zona leste da capital paulista. Com formação na Escola Livre de Teatro de Santo André (SP), integrou companhias teatrais de São Paulo, como os coletivos Estopô Balaio e Bonde. Ele é um dos fundadores e integrantes da Carça de Poéticas Negras, coletivo artístico com pesquisa na criação cênico-racial, onde exercitou a escrita dramaturgica com as obras *Mato cheio – fuga degenerada* e *Buraquinhos ou O vento é inimigo do picumã*, que aborda o genocídio da população jovem, negra e periférica.

A prática consistia na experimentação de relações entre objeto-corpo, objeto-texto, corpo-sensações e corpo-texto. Foi-me dado, pela orientadora, o texto dramaturgicamente para leitura e, após, foi pedido que eu trouxesse objetos que me remetesse ao texto e/ou sensações sentidas durante a leitura. Em seguida, foi trabalhado o objeto juntamente com o corpo, tentando desconstruir o sentido utilitário dele, experimentar movimentos, formas, texturas e sensações. Os objetos escolhidos foram uma corda – que me remete à infância e às brincadeiras, mas também tem um significado forte porque pode ser chicote e também algo que possibilita deter alguma coisa ou alguém – e um tecido preto, que me remeteu a uma capa de super-herói, mas também à sacola plástica preta, que é citada no texto e na música “A Carne”, de Elza Soares, sendo geralmente utilizada para colocar corpos de pessoas mortas.

A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo *do plástico*
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos .¹⁵

Essa prática possibilitou a construção de uma partitura de ações. A orientadora pediu que eu desconstruísse o objeto e depois criasse ações e movimentos com ele, usando os planos baixo, médio e alto e as velocidades lenta, média e rápida e, a partir do modo e de como foi articulado, a orientadora pediu para escolher apenas algumas ações para a construção da partitura. Depois foi proposto que eu levasse um recorte do texto *Buraquinhos* para trabalhar com a partitura de ações com os objetos. O recorte escolhido foi:

Eu corro, Corro mais. Corro mais ainda. Corro mais rápido. Corro passando por cima das minhas pernas. Corro tentando encontrar um refúgio. Corro porque é a única opção que eu tenho nesse primeiro dia do ano que eu não sei se é o último. Corro porque o café está me esperando. Corro porque sei que lá em casa tem álcool e algodão e sei que minha mãe vai sarar esses buracos. Corro porque minhas asas já não aguentam mais. Corro porque a boca do mundo tenta me engolir a medida que eu digo: NÃO! Corro porque tenho que costurar meu rim ainda hoje. Corro porque ele está vindo atrás de mim atirando em minha direção, Corro porque sou preto. Corro porque as balas perdidas correm mais rápidas do que eu. Corro porque o dedo no gatilho se mexe mais rápido que meus pés. Corro porque acabei de levar um tiro. Corro porque acabei de levar outro tiro. Corro porque é mais tiro. Corro e mais tiro. Mais tiro. Mais tiro. Mais tiro! Corro porque, até aqui, eu já levei a minha idade de tiros (SALABERG, 2017, p.165).

¹⁵ Grifo nosso. Letra da música “A Carne”, de Elza Soares. Com acesso em 31/03/2020 e disponível em: <https://www.lettras.mus.br/elza-soares/281242/>.

Após a experimentação com os dois objetos, articulamos a relação entre texto e a ação e, dessa prática, surgiu a partitura que chamei de “partitura final”, embora ela pudesse ser modificada durante outras experimentações. Trabalhamos os dois objetos e as duas partituras no único recorte do texto escolhido por mim. A forma como trabalhei os objetos foi interessante porque eu busquei desconstruir a percepção utilitária e seus significados mais evidentes, de modo a alcançar outras possíveis interpretações. Isso me trouxe algumas ações que considero fortes e que me possibilitam criar sensações tanto em mim quanto em quem estava assistindo. Assim, saímos do campo mais estrito da performance e caminhamos na direção de uma cena, daquilo que passamos a chamar, na esteira da estudiosa Josette Féral, de “teatro performativo”. Segundo ela, o teatro performativo opera com:

Transformação do ator em performer, descrição dos acontecimentos da ação cênica em detrimento da representação ou de um jogo de ilusão, espetáculo centrado na imagem e na ação e não mais sobre o texto, apelo à uma receptividade do espectador de natureza essencialmente especular ou aos modos das percepções próprias da tecnologia (FERÁL, 2008, p.198).

Quando a autora apresenta esse termo, ela cita que a performance está muito além do domínio artístico e está presente também em outras áreas como no esporte, no cinema, em ritos curandeiros e de fertilidade, em rodeios e cerimônias religiosas. Essa aceção de performance, própria dos Estudos da Performance (SCHECHNER, ANO), traz a dimensão social para o campo performativo. Além disso, com a influência da performance, o teatro dramático abre espaço para o teatro performativo.

O ato performativo se inscreveria assim contra a teatralidade que cria sistemas, do sentido e que remete à memória. Lá onde a teatralidade está mais ligada ao drama, à estrutura narrativa, à ficção e à ilusão cênica que a distância do real, a performatividade (e o teatro performativo) insiste mais no aspecto lúdico do discurso sob suas múltiplas formas – (visuais ou verbais: as do performer, do texto, das imagens ou das coisas) (FÉRAL, 2008, p.207).

Josette Féral destaca alguns elementos como parte de uma dramaturgia performativa, sendo um deles a execução das ações, além do cruzamento de diferentes linguagens artísticas. Outro aspecto é a presença da autobiografia que, no meu trabalho, se apresenta no cruzamento do texto teatral utilizado com minhas questões familiares e pessoais. Como afirma Lehmann (2007, p. 223), em relação ao teatro pós-dramático, “é evidente que deve surgir um campo de fronteira entre performance e teatro à medida que o teatro se aproxima cada vez de um acontecimento e dos gestos de auto-representação do artista performático”.

Já Féral coloca o ator como performer, porque ele não representa mais um personagem, ele coloca suas características e utiliza a autobiografia como um material construtor de cena. Segundo ela, o ator recusa “totalmente a personagem e [...] [põe] em cena o artista ele mesmo, artista que se coloca como um sujeito desejante e performante, mas sujeito anônimo interpretando a ele mesmo em cena” (FÉRAL, 1985, p. 135).

No entanto, em março de 2020, tive que alterar o rumo do meu TCC, devido ao isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19, na qual ainda estamos mergulhados. Devido a esse fator, meu trabalho teve algumas alterações e mudou a natureza de presencial para remoto. A partir daí, tive que alterar meus experimentos e modificar meu material criativo, o que culminou na criação de um vídeo denúncia – *23 minutos* – livremente inspirado no texto de Jhonny Salaberg. Nele, investigo formas de resistência, além de casos de racismo. Durante seu processo de criação, trouxe a violência contra a juventude negra e o assassinato de Evaldo Rosa de forma mais sutil, a fim de dar a ver essas agressões e também abrir os olhos do espectador para questões como: “Sou negro sim, tenho sonhos e desejos assim como você”.

É importante destacar também como, nesse processo, eu desenvolvi ainda mais a consciência de minha negritude: o meu reconhecimento como pessoa negra e durante a progressão do vídeo, senti a mudança no meu comportamento e vivência como negro. O trabalho prático me despertou conhecimentos sobre quem eu sou e me deu ainda mais forças para lutar por quem eu sou e pelas pessoas negras que ainda não se reconhecem como tal. O vídeo mostra a minha força e me dá mais conhecimento: sou uma pessoa negra, que luta pelo meu direito e me orgulho de quem sou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar questões raciais não era algo que eu imaginava discutir durante minha vida. Eu já cheguei a afirmar que não me considerava uma pessoa negra, não me via como tal por causa de minha pele clara e meus traços finos. Não percebia o racismo, embora já o tenha sofrido de forma velada, mas tudo isso porque não tinha o conhecimento e não tinha esse poder de assumir e ser quem eu sou.

Durante a disciplina *Arte e Contemporaneidade*, comecei a desenvolver interesse por essas questões, pois foi no seu decorrer e devido ao caso Evaldo Rosa, já mencionado aqui, que comecei a indagar sobre meu lugar de fala e pra quem eu falo. Seu assassinato me trouxe questionamentos de por que isso aconteceu e durante o experimento prático eu comecei a ficar incomodado: 80 barulhos de tiros proferidos por mim e parecia que nunca terminava, e foi devido a esse caso que eu comecei então a investigar mais sobre o tema e então, percebi e reconheci o racismo e as formas de violência. Isso me provocou sensações e foi através da vivência de outras pessoas que eu descobri a minha condição como pessoa negra e mesmo com a pele menos retinta sofria preconceito. Eu nunca reconheci o racismo por ser sempre de forma velada e nunca me foi ensinado na minha família que é inter-racial: pais brancos não ensinam seus filhos negros sobre a violência racial por não viverem o mesmo.

Passei por uma situação de racismo num supermercado, onde o segurança me perguntou se eu não iria pagar o que estava na minha mão, eu tinha acabado de efetuar o pagamento no caixa e foi aí então que tomei ainda mais consciência do que eu estava sujeito a viver. Não foi fácil porque esse assunto foi tomando uma proporção ainda maior e eu comecei a me incomodar, ao perceber que tinha que estudar mais sobre e entender então o racismo estrutural. Eu sabia que iria passar por mais casos como este e eu precisava me preparar e estudar para que essa violência fosse combatida e discutida. Falar sobre negritude é entender o sentimento de orgulho da identidade negra e conscientização do valor e da nossa riqueza cultural. Por que pessoas brancas não precisam questionar sobre o que é branquitude?

A minha autoafirmação é muito importante, já que sempre fui considerado “moreno”. Foi durante o meu processo de criação que tomei consciência de que sou uma pessoa negra. Ou seja, fui me tornando negro no decorrer dos estudos e experimentações e entendi que precisava falar mais sobre o tema.

Houve mudanças no meu trabalho prático, que caminha juntamente com a parte teórica, e eu senti ainda mais a necessidade de exemplificar as formas de denúncias raciais. Quis mostrar, com dados estatísticos, mas de forma sutil, que o racismo ainda é presente e é preciso falar e denunciar essas agressões. Sou uma pessoa negra com sonhos e desejos, assim como qualquer pessoa branca. A sociedade só entende a dor dos outros quando passa pelo mesmo. Por mais duro que isso seja, eu só entendi a minha condição após a violência sofrida por outras pessoas negras. Se eu, negro de pele clara, sofro essas atrocidades, imagina um negro de pele mais retinta?

Compreendo que a finalização desse trabalho me trouxe questões muito importantes a serem discutidas e o processo de criação do meu trabalho de conclusão de curso me abriu para o autoconhecimento da minha negritude e da minha autoaceitação como pessoa negra e eu descobri que vidas negras importam e que é preciso lutar por mim e por outras vidas. A falta de empatia deixa as pessoas cegas, não é porque você não sente a dor que a dor do outro não é sentida, sou eu por mim e por todas as outras vidas perdidas por atos de racismo. Passar por esse processo de auto identificação me deu bagagem para o auto reconhecimento da negritude. Passar pela dor, entender a resistência e projetar minha autoestima.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: [s. n.], 2018. 204 p.
- ARAÚJO, Antônio. **Ações disruptivas no espaço urbano**. IN: Anais ABRACE, v. 19, n. 1 (2018): X Congresso da ABRACE.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. [S. l.: s. n.], 2016.1
- BARRIO, Artur. Textos, manifestos e um “Texto mais recente”. **Revista Visuais**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-47, 13 jul. 2016.
- DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. **Geledés**, [S. l.], p. s.p, 25 jan. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- FABIÃO, Eleonora. **Performance de teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea**. IN: Revista Sala Preta, pp. 235-247 São Paulo, nº 8, 2008.
- FABIÃO, Eleonora. **Programa performativo: O corpo-em-experiência**. Revista do Lume – Núcleo Interdisciplinar de pesquisas teatrais – Unicamp, n. 4, dez. 2013.
- Ferál, J. (2008). **Por uma poética da performatividade: o teatro performativo**. *Sala Preta*, 8, 197-210. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v8i0p197-210>
- IMBROISI, Margaret. Intervenção artística urbana. In: **Intervenção artística urbana**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/intervencao-artistica-urbana/>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- MUNANGA, K. (2017). **As ambigüidades do racismo à brasileira**. In: Kom, N. M., Silva, M. L., & Abud, C. C. O racismo e o negro no Brasil (pp. 33-44). São Paulo, SP: Perspectiva.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. [S. l.]: Companhia das Letras, 2019. 136 p.
- ROCHA, Winny; ROCHA, Napê; VITORINO, Castiel. **MANUAL DE USO DA GRANDE VITÓRIA - para&por corpos negros-bichas**. MANUAL DE USO DA GRANDE VITÓRIA, [S. l.], p. 1-22, 19 nov. 2017.
- SALABERG, Jhonny. **Buraquinhos ou o vento é inimigo do picumã**. In: **BURAQUINHOS ou o vento é inimigo do picumã**. [S. l.: s. n.], 2017.